



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reclassificado		Reclassificado	
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.849	7.089	9.973	9.242
Impostos e contribuições sociais	5	182	100	1.022	3.747
Despesas pagas antecipadamente		1	1	3	1
Outros créditos	8		18	277	385
		6.032	7.208	11.275	13.375
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais				13.773	
Partes relacionadas	7	8	3.747		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	95.000	29.000		
		95.008	32.747	13.773	-
Investimentos	10	448.545	378.617		
Imobilizado	11	2.810	75	459.074	100.858
Intangível	12	13	18	585.441	584.311
		451.368	378.710	1.044.515	685.169
Total do ativo		552.408	418.665	1.069.563	698.544

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reclassificado		Reclassificado	
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	13	175	153	7.392	1.723
Impostos e contribuições sociais	5	12	28	2.033	132
Debêntures	14	334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15			296	
Obrigações estimadas com pessoal				1.180	13
Provisões	16	27.265	114.089	30.589	129.389
Outras contas a pagar	8	7	8	137	26
		361.547	114.278	375.715	131.283
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.577	3.463	206.399	202.116
Debêntures	14		305.593		305.593
Empréstimos e financiamentos	15			298.540	55.038
Partes relacionadas	7	2	1	22	1.859
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	192.300	2.047	192.300	2.047
Provisões	16			3.605	7.325
		197.879	311.104	700.866	573.978
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	17.1	56.174	20.127	56.174	20.127
Prejuízos acumulados		(63.192)	(26.844)	(63.192)	(26.844)
		(7.018)	(6.717)	(7.018)	(6.717)
Total do passivo e patrimônio líquido		552.408	418.665	1.069.563	698.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Custo de operação	18				
Pessoal				(3.064)	(134)
Materiais e serviços de terceiros				(2.011)	(297)
Outros custos de operação				(467)	(9)
		-	-	(5.542)	(440)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Lucro bruto				(5.542)	(440)
Despesas e receitas operacionais	18				
Despesas gerais e administrativas		(871)	(481)	(871)	(481)
Depreciações e amortizações		(28)	(35)	(28)	(35)
Outras despesas e receitas operacionais		3.459	9.825	3.851	9.825
		2.560	9.309	2.952	9.309
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		2.560	9.309	(2.590)	8.869
Resultado das participações societárias		(8.371)	(466)		
Receitas financeiras		373	2.042	373	2.042
Despesas financeiras		(28.796)	(14.566)	(29.848)	(14.592)
Resultado financeiro	19	(28.423)	(12.524)	(29.475)	(12.550)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(2.114)	(3.463)	(4.283)	(3.463)
		(2.114)	(3.463)	(4.283)	(3.463)
Resultado líquido do exercício		(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Atribuível aos acionistas controladores		(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação) ON		(1,80596)	(0,35495)	(1,80596)	(0,35495)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação) ON		(1,80596)	(0,35495)	(1,80596)	(0,35495)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Atribuível aos acionistas controladores	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	Reclassificado		Reclassificado	
Geração do valor adicionado	6.217	10.184	363.226	92.736
Receita relativa à construção de ativos próprios			337.412	81.090
Outras receitas	6.217	10.184	25.814	11.646
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(829)	(701)	(335.719)	(80.959)
Materiais	(21)	(70)	(42.087)	(1.216)
Serviços de terceiros	(797)	(239)	(272.982)	(77.137)
Outros custos operacionais	(11)	(392)	(20.650)	(2.606)
Valor adicionado bruto	5.388	9.483	27.507	11.777
Retenções				
Depreciações e amortizações	(28)	(35)	(28)	(35)
Valor adicionado líquido produzido	5.360	9.448	27.479	11.742
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	373	2.042	373	2.042
Resultado da equivalência patrimonial	(8.371)	(466)		
Valor adicionado total a distribuir	(2.638)	11.024	27.852	13.784
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	2	(58)	5.521	1.155
Benefícios	8	6	651	20
FGTS		12	343	19
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.115	3.503	5.360	3.530
Estaduais	16	55	107	58
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	31.554	14.566	51.811	16.057
Aluguéis	15	84	407	89
	33.710	18.168	64.200	20.928
Prejuízos	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
	(2.638)	11.024	27.852	13.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
	Reclassificado		Reclassificado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	28	35	28	35
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4.164		418
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		5		5
Despesas pagas antecipadamente	6	3	6	3
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	25.737	9.372	25.750	9.710
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			635	25
Participações societárias	8.371	466		
Ganho gerado sobre mais valia concessão		(10.184)		(10.184)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(8)		(8)	
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(439)	2.350	(521)	2.350
	(539)	2.530	(6.175)	(1.319)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(74)	404	(13.847)	(3.243)
Despesas pagas antecipadamente	(6)		(8)	
Outros ativos operacionais	18	(18)	108	4.868
	(62)	386	(13.747)	1.625
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	22	145	5.669	5.113
Outros tributos e contribuições sociais	(16)	(467)	4.708	(377)
Obrigações estimadas com pessoal			1.167	13
Provisões			(6.623)	(9.154)
Outros passivos operacionais	(1)	8	111	16
	5	(314)	5.032	(4.389)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(596)	2.602	(14.890)	(4.083)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(596)	2.602	(14.890)	(4.083)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) ao investimento		(257.160)		(284.079)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(144.299)	(29.000)		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.806)	(337.412)	(66.261)
Partes relacionadas	3.739	(3.747)		
Caixa e equivalentes de caixa - investimento mantido para venda				8.907
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(140.560)	(293.713)	(337.412)	(341.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	1	(56)	(1.836)	1.802
Adiantamento para futuro aumento de capital	226.300	2.030	226.300	2.030
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		600.000	531.758	654.700
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(303.779)	(292.900)	(303.779)
Encargos de dívidas líquido de derivativos			(14.278)	
Contraprestação contingente	(86.385)		(96.011)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	139.916	298.195	353.033	354.753
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.240)	7.084	731	9.237
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.849	7.089	9.973	9.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.089	5	9.242	5
	(1.240)	7.084	731	9.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2011	20.127	(19.700)	427	427
Prejuízo do exercício		(7.144)	(7.144)	(7.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.127	(26.844)	(6.717)	(6.717)
Aumento de capital - AGO de 09/04/2012	36.047		36.047	36.047
Prejuízo do exercício		(36.348)	(36.348)	(36.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	56.174	(63.192)	(7.018)	(7.018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora), anteriormente denominada Ipueiras Energia, Sociedade Anônima de capital fechado, Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (Grupo EDP - Energias do Brasil) com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto as atividades de geração e transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionadas ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

Em 31 de dezembro de 2010 por meio de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da Enernova S.A., controlada integral da EDP - Energias do Brasil pela Ipueiras, a Enernova foi extinta de pleno direito e a Companhia assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2011,

foi aprovada a mudança na denominação social anteriormente Ipueiras Energia S.A. para Companhia Energética do Jari - CEJA.

A Companhia adquiriu em 2011 100% da ECE Participações S.A. e efetua consolidação integral.

A Controlada ECE Participações é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), que encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia é subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A., cujo plano de negócios é parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP - Energias de Portugal, e visa o crescimento no segmento de geração de energia elétrica, numa estratégia de diluição do risco de negócio. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía participação em controlada que se encontrava em fase pré-operacional. A manutenção das atividades da Companhia e sua controlada são garantidas e quando necessário financiadas pela EDP - Energias do Brasil, pelo que esta prevê efetuar aportes de capital para cumprir com seus compromissos de curto prazo.

1.1 Concessões

A ECE possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
		(MW)	(MWm)	Início	Término
Santo Antônio do Jari	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a ECE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$ 574. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O reconhecimento do valor justo total do Direito de concessão relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão será registrado quando da entrada em operação da primeira unidade geradora e amortizado de acordo com o prazo desse contrato.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A ECE aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

A ECE é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à

data na qual a Companhia obteve o controle, e continua sendo consolidada até a data que cessa tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e pela ECE para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Investimentos (Nota 10)

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Direito de Concessão

Conforme o ICPC 09 os Direitos de Concessão são classificados como Investimentos líquidos de Impostos diferidos na Controladora.

c) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisados os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

d) Intangível (Nota 12)

Os intangíveis compreendem:

• Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo

e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

e) Licenças ambientais (Notas 16 e 23)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Contraprestação contingente (Nota 16)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do período, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva e variações no valor justo.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 20)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 17.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

o) Reconhecimento de receita

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que estão reconhecidos no resultado.

p) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e para avaliação de imparidade é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do Imposto de renda e contribuição social diferidos, a Mensuração de Instrumentos financeiros, Licenças ambientais e Contraprestação contingente.

q) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus Instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os Instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

r) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

s) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

t) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 10.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Companhia na sua controlada; e
- Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e sua controlada.

A ECE Participações é consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis

atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas e Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendedora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5.1 Balanço patrimonial

Controladora

Reclassificação do Direito de concessão no valor de R\$346.593 do grupo de Intangível para Investimento, pois de acordo com o ICPC 09 o Direito de concessão deve ser tratado nas companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível.

Consolidado

Reclassificação no valor de R\$3.566 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - I).

2.5.2 Demonstração do fluxo de caixa

Controladora

Reclassificação de Partes relacionadas alocadas em atividades de financiamento no valor de R\$5, para Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos alocados nos resultados das atividades operacionais.

Consolidado

Reclassificação de Partes relacionadas alocadas em atividades de financiamento no valor de R\$5, para Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos alocados nos resultados das atividades operacionais.

Reclassificação de Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP no valor de R\$26, para Outros.

2.5.3 Demonstração do valor adicionado

Consolidado

Reclassificação dos Juros capitalizados de Outras receitas, para Remuneração de capitais de terceiros - Juros no valor de R\$1.462.

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$81.090, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$79.961 (R\$1.123 referente a Materiais, R\$76.624 referente a Serviços de terceiros e R\$2.214 referente a Outros custos operacionais) e R\$1.129 referente a Pessoal da linha Distribuição do valor adicionado.

Evento do exercício

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579/12, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	271	435	4.395	2.588
Aplicações financeiras - renda fixa	5.578	6.654	5.578	6.654
Total	5.849	7.089	9.973	9.242

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB, remunerados a taxa que variam entre 99,00% e 100,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia e controlada a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	15		8	108
IRRF sobre aplicações financeiras	85	74	(85)	74
Total	100	74	8	182
Circulante	100			182
Total	100			182

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adiantamentos/ Pagamentos	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher				
ICMS sobre diferencial de alíquota	3	2	(5)	-
ISS	9		(4)	5
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	4	20	(23)	1
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	2	6	(8)	-
Outros	10		(4)	6
Total	28	28	(44)	12
Circulante	28			12
Total	28			12

7 Partes relacionadas

	Controladora				Receitas (despesas) no exercício		
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo	Passivo	2012	2011
Partes relacionadas							
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			3.747		3.747
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	31/12/2012		8			
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		2	1	(22)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011				(6)
Total				8	3.747	2	(22)

	Consolidado				Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo	2012	2011
Partes relacionadas						
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011			1.858	(1.858)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		2	1
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		15	(165)
	Energest	30/09/2012			5	
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	08/04/2011			(6)
Total				22	1.859	(187)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

A contraparte ECE Participações é controlada da Companhia.

A contraparte Energest é coligada da Companhia.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia e sua controlada não tiveram dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	ção de tributos	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	15		8		108
PIS e COFINS		13.773			13.773
IRRF sobre aplicações financeiras	85	74		(85)	74
ISS	3.647			(2.807)	840
Total	3.747	13.847	8	(2.807)	14.795
Circulante	3.747				1.022
Não circulante					13.773
Total	3.747				14.795

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	ção de tributos	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher					
ICMS sobre diferencial de alíquota	4	2.318		(1.751)	571
ISS	10	4.459		(678)	984
PIS, COFINS e CSLL					
- Sobre serviços prestados por terceiros	46	1.031		(959)	118
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	32	505		(445)	92
Outros	40	1.877		(1.649)	268
Total	132	10.190		(5.482)	2.033
Circulante	132				2.033
Total	132				2.033

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	Passivo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	2012	2011
Natureza dos créditos	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços - Intangíveis	4.101	1.476	5.577	3.463	(2.114)	(3.463)
Total diferenças temporárias - RTT	4.101	1.476	5.577	3.463	(2.114)	(3.463)
Total Passivos Diferidos	4.101	1.476	5.577	3.463		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(2.114)	(3.463)

	Consolidado					
	Passivo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	2012	2011
Natureza dos créditos	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços - Intangíveis	6.821	2.456	9.277	3.463	(5.814)	(3.463)
Mais valia - CPC 15	146.069	52.584	198.653	198.653		
Licenças ambientais - CPC 25	(1.126)	(405)	(1.531)		1.531	
Total diferenças temporárias - RTT	151.764	54.635	206.399	202.116	(4.283)	(3.463)
Total Passivos Diferidos	151.764	54.635	206.399	202.116		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(4.283)	(3.463)

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados		18	1	31
Serviços em curso			200	354
Desativações e alienações em curso			76	
Total	-	18	277	385
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	7	8	132	26
Outras			5	
Total	7	8	137	26
9 Adiantamento para futuro aumento de capital				
			Ativo	Passivo
			Não circulante	Não circulante
			31/12/2012	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil				192.300
ECE Participações	95.000	29.000		2.047
Total	95.000	29.000	192.300	2.047

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Movimentação do AFAC

	Ativo - Controladora		Passivo - Controladora e Consolidado	
	Não Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012		31/12/2012	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	29.000		Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.047
Integralização de capital - AGOE 09/04/2012	(29.000)		AFAC - EDP x CEJA	33.000
AFAC - CEJA x ECE	5.299		AFAC - EDP x CEJA	1.000
AFAC - CEJA x ECE	44.000		Integralização de capital - AGOE 09/04/2012	(36.047)
Integralização de capital - AGE 19/10/2012	(49.299)		AFAC - EDP x CEJA	53.300
AFAC - CEJA x ECE	95.000		AFAC - EDP x CEJA	44.000
			AFAC - EDP x CEJA	95.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.000		Saldo em 31 de dezembro de 2012	192.300

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2011		Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2012
	Reclassificado	Adições		
Investimentos	32.024	78.299	(8.371)	101.952
Direito de Concessão	346.593			346.593
Total	378.617	78.299	(8.371)	448.545

Os valores de concessão decorrem da alocação do preço de compra, conforme CPC 15 (R1). Por não ter

10.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Resultado acumulado				
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011									
Empresas	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	social integralizado	Capital votante	social integralizado	Capital votante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
	ECE Participações	51.194	18.545	18.545	18.545	100,00	100,00	100,00	100,00	515.463	Reclassificado 145.997	413.510	Reclassificado 113.973	101.953	32.024	(8.371)

11 Imobilizado

	Controladora								Consolidado								
	31/12/2012				31/12/2011				31/12/2012				31/12/2011				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
	Imobilizado em serviço																
Geração																	
Veículos	14,29	71	(52)	19	20,00	71	(41)	30		14,29	71	(52)	19	20,00	71	(41)	30
		71	(52)	19		71	(41)	30			71	(52)	19		71	(41)	30
Administração																	
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(6)	14	10,00	20	(3)	17		16,67	20	(6)	14	10,00	20	(3)	17
Veículos	14,29	68	(49)	19	20,00	68	(40)	28		14,29	68	(49)	19	20,00	68	(40)	28
		88	(55)	33		88	(43)	45			88	(55)	33		88	(43)	45
Total do Imobilizado em serviço		159	(107)	52		159	(84)	75			159	(107)	52		159	(84)	75
Imobilizado em curso																	
Geração		2.758		2.758						459.022		459.022		100.783		100.783	
Total do Imobilizado em curso		2.758		2.758						459.022		459.022		100.783		100.783	
Total imobilizado		2.917	(107)	2.810		159	(84)	75		459.181	(107)	459.074		100.942	(84)	100.858	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2011	Juros Capitalizados	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2012	Valor líquido em 31/12/2011	Juros Capitalizados	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos			(3)				(3)	
Veículos			(20)				(20)	
Total do imobilizado em serviço			(23)				(23)	
Total do Imobilizado em curso		2.758		2.758		2.758		2.758
Total do imobilizado		2.758	(23)	2.810		2.758	(23)	2.810

11.1 Ingressos

Construção UHE Jari

A controlada ECE celebrou um contrato de Engineering Procurement and Construction - EPC na modalidade turn-key pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A.

A construção da UHE Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto:

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Iratapuru.

Os ingressos no imobilizado referem-se a construção da UHE Santo Antônio do Jari, sendo que os principais valores referem-se a Barragens (R\$134.304) e Edificações (R\$192.134).

O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

12 Intangível

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Intangível em serviço							
Administração								
Software	20,00		(13)	13	20,00		(8)	18
Total do Intangível em Serviço		26	(13)	13		26	(8)	18
Total intangível		26	(13)	13		26	(8)	18

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Intangível em serviço							
Geração								
Direito de concessão - Outros		584.273		584.273		584.273		584.273
		584.273		584.273		584.273		584.273
Administração								
Software	20,00	26	(13)	13	20,00	26	(8)	18
Total do Intangível em Serviço		584.299	(13)	584.286		584.299	(8)	584.291
Geração		1.155		1.155		20		20
Total do Intangível em Curso		1.155		1.155		20		20
Total intangível		585.454	(13)	585.441		584.319	(8)	584.311

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora		Valor líquido 31/12/2012
	Valor líquido 31/12/2011	Amortizações	
Intangível em serviço			
Software	18	(5)	13
Total Intangível	18	(5)	13

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço						
<i>Software</i>	18		(5)			13
Direito de concessão - Outros	584.273					584.273
Intangível em curso	20	3.525		(1)	(2.389)	1.155
Total Intangível	584.311	3.525	(5)	(1)	(2.389)	585.441

12.1 Direito de Concessão - Outros

Refere-se aos direitos de exploração da UHE Jari adquiridos em 2011, conforme descrito na nota 10.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Materiais e serviços	175	153	7.392	1.723		
Total	175	153	7.392	1.723		

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado					
										31/12/2012			31/12/2011		
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	Total
Oliveira Trust	CEJA	300	1.000	300.000	1ª emissão em 24/10/2011	24/10/2011 a 11/10/2013	Alongamento da dívida. Liquidação das CCBs utilizadas na aquisição da UHE Jari.	110,5% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	34.125	300.000	334.125	5.593	300.000	305.593
Custos de emissão	CEJA			(83)								(37)	(37)		-
Total										34.125	299.963	334.088	5.593	300.000	305.593

14.2 Emissão de debêntures

Em 24 de outubro de 2011, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos.

Foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$300.000, com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia e redução dos seus custos financeiros.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (ii) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e
- (iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

14.3 Mutação das debêntures no exercício:

	Controladora e Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2011	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante					
Debêntures		5.338	328.704	46	334.088
	-	5.338	328.704	46	334.088
Não circulante					
Debêntures	305.593	23.111	(328.704)		-
	305.593	23.111	(328.704)		-

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado						
									31/12/2012			31/12/2011			
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	Total	
Moeda estrangeira															
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	360.000	26/10/2011	246.900	26/10/2011 a 13/10/2013	Implementação do projeto de construção da UHE Jari		109% do CDI	Principal e juros em parcela única no final				-	338	54.700	55.038
BNDIS	736.807	13/12/2012	300.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015	296	300.000	300.296				-
BNDIS - custos de transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação		(1.460)	(1.460)				-
									296	298.540	298.836	338	54.700	55.038	-

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos e Financiamentos		45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
	-	45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	55.038	486.758			9.655	(252.911)		298.540
	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Consolidado	
	Valor líquido em 31/12/2011	Valor líquido em 31/12/2012
Vencimento		
Circulante		
2013	296	296
Não circulante		
2015	10.502	
2016	18.622	
2017	18.630	
2018	18.639	
2019 até 2023	93.323	
2024 até 2028	93.511	
2029 até 2032	45.313	
Total	298.540	298.836

16 Provisões - Circulante e Não circulante

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Licenças ambientais			897	3.165	3.605	7.325
Contraprestação contingente	27.265	114.089	29.692	126.224		
Total	27.265	114.089	30.589	129.389	3.605	7.325

16.1 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

16.2 Contraprestação contingente

Controladora
Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro de 2011 foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam a Jari Energética e foi acordada entre as partes uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária). Até 31 de dezembro de 2012 foram pagos pela CEJA o montante de R\$86.385, referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência instalada da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI, permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 que serão pagos mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota (DIFAL) devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional, objeto do convênio ICMS nº 53/01 e R\$5.422 referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

Consolidado
Como parte do contrato de compra da ECE Participações pela CEJA e da transferência dos 10% adicionais da concessão UHE Jari para a ECE, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2012 foi pago, pela CEJA e ECE, o montante de R\$96.011 referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI. Permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 (CEJA) e R\$2.427 (ECE), referentes a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS nº 53/01 e R\$5.422 (CEJA) referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$56.174 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$20.127 e está representado por 20.126.746 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil (20.126.746 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011).

Em 9 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do Capital social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, EDP - Energias do Brasil, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$36.047.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	20.126.743	100,00	20.126.743	100,00
Outros	3		3	
Total	20.126.746	100,00	20.126.746	100,00

18 Gastos operacionais

	Controladora			
	2012		2011	
	Despesas operacionais			
	Gerais e			
	administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		9	9	
Material		21	21	70
Serviços de terceiros		797	797	239
Depreciação		23	23	30
Amortização		5	5	5
Aluguéis e arrendamentos		15	15	84
Outras		29	(3.459)	(3.430)
Total		899	(3.459)	(2.560)
		(2.560)	(9.309)	

	Consolidado					
	2012		2011			
	Custo do serviço					
	Despesas operacionais					
	Gerais e					
	Nota	operação	administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.064	9	3.073	134	
Material		413	21	434	93	
Serviços de terceiros		1.598	797	2.395	513	
Depreciação			23	23	30	
Amortização			5	5	5	
Aluguéis e arrendamentos		392	15	407	89	
Outras	18.1	75	29	(3.851)	(3.747)	(9.733)
Total		5.542	899	(3.851)	2.590	(8.869)

18.1 Outras

O montante de R\$3.851 é decorrente de reversão de contraprestação contingente.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	365	479	365	479
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	8		8	
Outras receitas financeiras		1.563		1.563
Total	373	2.042	373	2.042
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(28.532)	(12.208)	(47.837)	(13.670)
Variações monetárias moeda nacional	(3.020)	(2.350)	(3.329)	(2.376)
Atualização monetária de licenças ambientais			(635)	
Atualização monetária contratos de mútuo		(5)		(5)
(-) Juros capitalizados	2.758		21.963	1.462
Outras despesas financeiras	(2)	(3)	(10)	(3)
Total	(28.796)	(14.566)	(29.848)	(14.592)
Total	(28.423)	(12.524)	(29.475)	(12.550)

20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(34.234)	(3.681)	(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	8.559	920	3.081	331	8.016	920	2.886	331
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações					3			1
Resultados de equivalência patrimonial	(2.093)	(117)	(753)	(42)	23			8
IRPJ e CSLL não reconhecidos	(8.021)	(3.349)	(2.887)	(1.206)	(11.071)	(3.492)	(4.114)	(1.257)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.555)	(2.546)	(559)	(917)	(3.055)	(2.546)	(1.228)	(917)
Alíquota Efetiva	-4,54%	-69,17%	-1,63%	-24,91%	-9,53%	-69,17%	-3,83%	-24,91%

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e alterações posteriores, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.849	7.089	5.849	7.089
Não circulante				
Partes relacionadas	8	3.747	8	3.747
Total	5.857	10.836	5.857	10.836
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	175	153	175	153
Debêntures	334.088		334.088	
Não circulante				
Debêntures		305.593		305.593
Partes relacionadas	2	1	2	1
Total	334.265	305.747	334.265	305.747

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	9.242	9.973	9.242
Total	9.973	9.242	9.973	9.242
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	7.392	1.723	7.392	1.723
Debêntures	334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	296		296	
Não circulante				
Debêntures		305.593		305.593
Empréstimos e financiamentos	300.000	55.969	298.540	55.038
Partes relacionadas	22	1.859	22	1.859
Total	641.798	365.144	640.338	364.213

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor justo		Valor justo	
	Empréstimos e recebíveis	por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	por meio do resultado
	Total	Total	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.849	5.849	7.089	7.089
Partes relacionadas	8	8	3.747	3.747
Total	8	5.849	5.857	7.089
10.836				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Outros ao custo		Outros ao custo	
	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	175	153	175	153
Debêntures	334.088		334.088	
Partes relacionadas	2	1	2	1
Total	334.265	305.747	334.265	305.747

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
	Total	Total	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	9.242	9.973	9.242
Total	9.973	9.242	9.973	9.242

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Outros ao custo		Outros ao custo	
	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	7.392	1.723	7.392	1.723
Debêntures	334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	298.836		298.836	
Partes relacionadas	22	1.859	22	1.859
Total	640.338	364.213	640.338	364.213

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual, buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas.

Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Controladora		
	Mensuração do valor justo		
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5.849	271	5.578
Total	5.849	271	5.578

	Consolidado		
	Mensuração do valor justo		
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	4.395	5.578
Total	9.973	4.395	5.578

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 14 e 15, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados as taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

21.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora						
	31/12/2012						
	<i>Aging cenário provável</i>	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	258	258	65	129	(65)	(129)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(21.357)	(21.357)	(5.091)	(10.091)	5.186	10.472
		(21.099)	(21.099)	(5.026)	(9.962)	5.121	10.343

	Consolidado								
	31/12/2012								
	<i>Aging cenário provável</i>	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)			
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	258			258	65	129	(65)	(129)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(21.357)			(21.357)	(5.091)	(10.091)	5.186	10.472
		(21.099)	-	-	(21.099)	(5.026)	(9.962)	5.121	10.343

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia e de sua controlada (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

21.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece descrita individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Usinas		731.323
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais		7.878

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos representados por passivos de curto e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora			
	31/12/2012			
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14	334.088	334.088	
Obrigações de compra		313	179	134
Contraprestação contingente	16	27.265	27.265	
		361.666	361.532	134

	Consolidado					
	31/12/2012					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14 e 15	632.924	334.384	29.124	55.917	213.499
Responsabilidades com locações operacionais		16	8	8		
Obrigações de compra		132.816	77.361	55.455		
Contraprestação contingente	16	29.692	29.692			
Licenças ambientais	16	4.502	897	3.605		
		799.950	442.342	88.192	55.917	213.499

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

23.2 Garantias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Tipo de garantia oferecida				
Aval de acionista				55.038
Fiança Corporativa	334.125	305.593	634.421	305.593
Penhor de Ações			111.276	
Seguro garantia			56.912	
Penhor de Direitos			300.296	

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de penhor de ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Penhor de direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da ECE, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Penhor de Direitos, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou aumento de capital por meio de integralização da AFAC no valor de R\$36.047. A Companhia e sua controlada realizaram também a capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$21.963, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Conselheiro
--	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor de Engenharia e Construção	Stella Maris Moreira Fuão Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Sérgio Salgueira Martins Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos Contadora - CRC 1SP204118/O-8
--	---	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Energética do Jari - CEJA

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética do Jari - CEJA essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3